

# Investimentos Estrangeiros em Países em Via de Industrialização

## Modelos Teóricos do Impacto sobre a Concentração

Cesare G. Galvan(\*)

### 1. O PROBLEMA

#### 1.1. OBJETO DO ESTUDO

Trata-se da economia nacional, portanto de modelos que analisam as diferentes variáveis que formam o produto nacional em suas inter-relações e na geração do próprio produto. Em tal contexto, examino algumas variáveis que influem na distribuição do produto e que, conseqüentemente, podem ser responsáveis por um processo de concentração da renda.

O ponto específico a ser analisado é: **se e em que formas e condições o investimento estrangeiro direto, através das remessas de lucros e da promoção de exportações, contribui para o processo de concentração.**

Trata-se, portanto, de colocar o investimento estrangeiro direto **dentro** da economia nacional, de relacionar características próprias de sua presença com a estrutura oligopolística da nação.

Nos modelos são explicitados impactos das firmas internacionais sobre determinadas variáveis, através destas e dos

---

(\*) O autor é Professor da Universidade Federal da Bahia.

parâmetros que definem as inter-relações da economia nacional e os resultados gerais das modificações por elas introduzidas na expansão e, sobretudo, na concentração do produto.

O oligopólio é levado em consideração subdividindo a economia nacional em dois grupos de firmas. Tal subdivisão resulta de:

- a) uma ordenação das firmas por ordem de importância na estrutura do oligopólio;
- b) um corte que distingue as firmas identificadas como “oligopolistas” (denominadas “grupo O”) e as identificadas como “polipolistas” ou “pequenas” (denominadas “grupo P”).

Os critérios para a ordenação e o corte são considerados em vista da teoria do oligopólio. Por suposto, então, terão particular importância as barreiras à entrada. Não está, porém, incluído o debate sobre os métodos empíricos para a elaboração das classificações utilizadas, aqui em nível puramente teórico. Em outras palavras, limito-me a supor que algumas firmas sejam mais favorecidas que outras pela estrutura oligopolística em que atuam.

Além dos grupos O e P, há outras estruturas econômicas na nação, que não serão explicitamente consideradas nos modelos (capítulos 2 e 3) mas que estão estritamente ligadas à circulação econômica aí esquematizada: correspondem aos grupos que — para classificá-los sob uma característica comum — se podem denominar “marginalizados”

## 1.2. AS VARIÁVEIS

As variáveis são as que comumente entram em um modelo de formação da renda em uma economia nacional aberta (renda, consumo, investimento, exportações, importações) e as frações das mesmas variáveis, que são apropriadas a cada um dos grupos (O e P).

Consumo, investimento e exportações são subdivididos conforme a firma fornecedora pertencer ao grupo O ou P. O investimento é, além disso, também subdividido conforme o capital gerado pertença a firma nacional ou estrangeira. Para tal, ao investimento direto estrangeiro (contribuição trazida pelas

firmas estrangeiras à nação) é acrescido todo investimento que gere capital **de propriedade** dessas firmas, embora não seja propriamente investimento direto estrangeiro (como reinversão de lucros, etc.). O motivo para isso consiste em que a política das firmas proprietárias será a de procurar atingir, e possivelmente ultrapassar, determinados níveis de rentabilidade deste capital, e não somente do que elas injetaram do exterior.

Outras variáveis caracterizam esta presença de capital estrangeiro: entre elas são consideradas as remessas de lucros e as exportações “induzidas”, definidas abaixo.

Em uma formulação mais complexa, são distinguidos os bens intermédios fornecidos pelos vários grupos e as importações contidas em sua produção.

Do ponto de vista da estrutura econômica interna, a subdivisão dos mercados em “mercados abastecidos por O” e “mercados abastecidos por P” constitui uma esquematização daquela repartição, que corresponde à presença de grupos oligopolísticos. Os parâmetros que definem tais variáveis — bem como as relações **entre os mesmos** — são, portanto, indicadores de concentração.

### 1.3. SUPOSTOS E PARÂMETROS

As funções são todas lineares. Os parâmetros são constantes. Esta é uma condição para uma formulação simplificada do modelo dentro da metodologia da análise intersetorial, como é aqui utilizada. Funções curvilíneas, por exemplo de consumo ou de produção, tornariam, a meu ver, tão complicada a formulação dos modelos que resultariam dificilmente manipuláveis.

Um tal tipo de modelo é funcional na medida em que as funções lineares constituem aproximações satisfatórias de uma realidade. Sendo a economia subdividida em vários grupos (dois, O e P, nos modelos explicitamente desenvolvidos; mais de dois, se introduzirmos alguma subdivisão ulterior), será possível obter mais facilmente essa aproximação<sup>(1)</sup>.

---

(1) Celso Furtado e Alfredo de Souza desenvolvem um modelo com funções curvilíneas (as produtividades marginais decrescentes do capital). Mas tal modelo permanece (necessariamente?) a um nível mais global e agregado. Cf. “Los perfiles de la demanda y de la inversión” *El trimestre económico*, XXXVII (3), 147, jul.-set. 1970, pp. 463-488.

Para o grupo O, suponho:

- i. maior intensidade de capital, definida em termos de valor do capital por unidade de produto;
- ii. menor intensidade de trabalho;
- iii. nível salarial mais elevado (maior salário por unidade de trabalho).
- iv. menor carga salarial por unidade de valor do produto (compatível com a precedente pela maior produtividade do trabalho); e
- v. maior taxa de lucro, quer em relação com o capital investido, quer com o custo direto.

Os supostos i. e ii. entram na definição das funções de produção nos dois grupos.

A respeito das inversões estrangeiras, suponho:

- i. os nacionais não investem no estrangeiro (suposto não distante da realidade para a maioria dos países em consideração, pelo menos no que diz respeito aos investimentos diretos)<sup>(2)</sup>;
- ii. as empresas estrangeiras possuem condições especiais para promover exportações;
- iii. as remessas são uma porcentagem constante dos lucros; pode haver taxas de lucro diferentes nas firmas estrangeiras e nas firmas nacionais análogas;
- iv. o grau de desnacionalização pode ser diferente nos dois grupos, sendo plausivelmente maior no grupo O.

Com referência à economia em geral, suponho preços únicos e constantes para todos os bens, inclusive para os que em parte são importados. É este um dos supostos mais violentos juntamente com a constância de certos parâmetros.

A constância dos preços torna-se necessária neste momento da análise por razões de simplicidade, para poder “montar” o

---

(2) A situação de investimentos em carteira é diversa. Contudo, diverso seria também seu tratamento. Os modelos, como são formulados, aplicam-se somente a investimentos diretos.

modelo incluindo as variáveis em questão. Caso, em uma elaboração ulterior, se quisesse introduzir os preços internos e externos com suas variações, seria necessário levar em consideração quão pouco valeria fazer variar somente os preços internos em uma economia aberta. Portanto, será eventualmente necessário introduzir variação e pluralidade de preços de importações e exportações, para levar em consideração o sobre e o subfaturamento.

Ora, é evidente quanto tal elaboração complicaria um modelo: daí a necessidade, por enquanto, de usar preços constantes. O sobrefaturamento ou subfaturamento está aqui incluído globalmente no total das remessas de lucros, prescindindo assim de "como" tais lucros foram remetidos. Que tal problema possa ser, por si só, objeto quer de pesquisas empíricas, quer de modelística, o mostram os estudos já efetuados neste campo e, ainda mais, a necessidade agudamente percebida de poder examinar e elaborar instrumentos aptos a enfrentá-lo em política econômica <sup>(3)</sup>.

#### 1.4. OS MODELOS

Trata-se de análise a longo prazo, centralizando o debate sobre os multiplicadores parciais de cada grupo, O e P. Os multiplicadores representam valores-limites para os quais tendem as variáveis consideradas, resolvidas em função do tempo.

Sendo assim, a demonstração procede por duas etapas, além da definição dos modelos:

- a) debate das condições de convergência dos modelos;
- b) derivação dos valores de longo prazo, ou seja, dos níveis para os quais tendem as variáveis, quando resolvidas em função do tempo.

Em modelos de economia aberta, com concentração oligopolística e investimentos estrangeiros diretos, analisamos o impacto dos investimentos autônomos (multiplicador). Uma

---

(3) Cf. a respeito Constantino V. VAITSOS — *Income Distribution, Welfare Considerations and Transnational Enterprises*, Lima: Junta del Acuerdo de Cartagena, 1972, mimeo, p. 53, 3.

alteração no parâmetro que define o grau de desnacionalização permite deduções a respeito do impacto desta sobre a distribuição.

Tal procedimento é repetido duas vezes: em um primeiro modelo, de tipo neo-keynesiano agregado, e em outro, que permite maior desagregação e leva em consideração as relações entre os grupos oligopolista e polipolista (modelo este análogo aos de insumo-produto).

Na impostação assim elaborada, o oligopólio entra mais como uma situação dada que como o foco da análise. Contudo, o segundo modelo proposto pode permitir a introdução, por exemplo, do dinamismo dos preços em regime de concorrência oligopolística. Com isso pode ser adaptado para levar em consideração as alterações daí decorrentes na determinação do grau de concentração nos vários mercados.

Por outro lado, temos a vantagem de que não é necessário escolher um indicador global de concentração: cada mercado e, se quisermos, cada submercado, tem seu próprio indicador. Nesta diferença, entre os vários graus de concentração, apoia-se o raciocínio.

## 2. UM MODELO AGREGADO DE ECONOMIA ABERTA

### 2.1. O MODELO

#### 2.1.1. Forma geral

A equação fundamental pode ser escrita:

$$(2.1) \quad Y_t = C_t + I_t + X_t - M_t$$

onde  $Y_t$  é a demanda global (= produto nacional bruto);

$C_t$  é o consumo;

$I_t$  é o investimento bruto;

$X_t$  as exportações;

$M_t$  as importações.

As variáveis (todas referentes ao período  $t$ ) são consideradas a preços constantes. A função de consumo é:

$$(2.2) \quad C_t = b Y_t; \quad (0 < b < 1)$$

O investimento bruto é dado pela função:

$$(2.3) \quad I_t = h Y_t + A_t; \quad (0 < h < 1)$$

$$A_t = \bar{A};$$

ou seja: além dos investimentos induzidos ( $hY_t$ ), há outros autônomos ( $A$ ), que para a economia são dados.  $A_t$  será, portanto, escrito na forma simplificada  $A$ , supondo-os constantes no tempo.

Análoga é a função das importações:

$$(2.4) \quad M_t = mY_t + \bar{M}; \quad (0 < m < 1)$$

As exportações, para a economia nacional, são dadas:

$$(2.5) \quad X_t = \bar{X}.$$

A depreciação,

$$D_t = \epsilon K_t; \quad (0 < \epsilon < 1)$$

onde  $K_t$  é o capital acumulado até o início do período  $t$ ;  
 $\epsilon$  é a taxa de depreciação.

Teremos assim:

$$(2.6) \quad D_t = \epsilon \left\{ \bar{K}(1 - \epsilon)^n + \sum_{i=1}^n (hY_{t-i} + A) (1 - \epsilon)^{i-1} \right\}$$

Sendo  $\bar{K}$  o capital no início do período  $t-n$ , a expressão  $\bar{K}(1 - \epsilon)^n$  se aproxima a zero com o aumento de  $n$ . Portanto, a fórmula (1.6) pode ser reescrita, com suficiente aproximação:

$$(2.6)' \quad D_t = \epsilon \sum_{i=1}^n (hY_{t-i} + A) (1 - \epsilon)^{i-1}$$

para aplicação em análise de longo período. Ou seja: o capital no início do período  $t$  é igual (por aproximação) ao investimento líquido acumulado durante os  $n$  períodos precedentes e devidamente depreciado.

### 2.1.2. O oligopólio

Empregando agora os subscritos

“o” para a demanda atendida pelo grupo O,  
 “p” para a demanda atendida pelo grupo P,  
 “m” para a demanda atendida por importações.

subdivide-se o consumo em

$C_{o,t}$  consumo atendido pelas firmas O,  
 $C_{p,t}$  consumo atendido pelas firmas P,  
 $C_{m,t}$  consumo atendido por importações.

Assim:

$$(2.7) \quad C_t = C_{o,t} + C_{p,t} + C_{m,t};$$

sendo  $C_{o,t} = f_1 C_t$   $(0 < f_1 < 1);$   
 $C_{p,t} = f_2 C_t$   $(0 < f_2 < 1);$   
 $C_{m,t} = (1 - f_1 - f_2) C_t$   $(1 - f_1 - f_2 > 0).$

Analogamente, subdivide-se o investimento bruto em:

$$(2.8) \quad I_t = I_{o,t} + I_{p,t} + I_{m,t}$$

sendo  $I_{o,t} = g_1 I_t$   $(0 < g_1 < 1);$   
 $I_{p,t} = g_2 I_t$   $(0 < g_2 < 1);$   
 $I_{m,t} = (1 - g_1 - g_2) I_t$   $(1 - g_1 - g_2 > 0).$

Analogamente, a depreciação será:

$$(2.9) \quad D_t = D_{o,t} + D_{p,t} + D_{m,t};$$

sendo  $D_{o,t} = g_1 D_t;$   
 $D_{p,t} = g_2 D_t;$   
 $D_{m,t} = (1 - g_1 - g_2) D_t.$



As (2.7) até (2.9) constituem sistemas de três equações independentes cada um, pois, dadas quaisquer três equações (melhor: definições) de cada sistema, a quarta segue por dedução.

As importações são:

$$(2.10) \quad M_t = C_{m,t} + I_{m,t};$$

ou seja:

$$M_t = \{(1 - f_1 - f_2)b + (1 - g_1 - g_2)h\}Y_t + (1 - g_1 - g_2)A.$$

Redefinindo a propensão marginal a importar como

$$(2.11) \quad m = (1 - f_1 - f_2)b + (1 - g_1 - g_2)h,$$

e as importações autônomas (ou seja independentes da renda nacional) como

$$(2.12) \quad \bar{M} = (1 - g_1 - g_2)A,$$

a equação (2.10) torna-se igual à (2.4).

As exportações serão também desdobradas segundo o grupo fornecedor:

$$(2.13) \quad X_t = X_{o,t} + X_{p,t};$$

$$X_{o,t} = j X_t;$$

$$X_{p,t} = (1 - j) X_t;$$

sendo as (2.13) um sistema de duas equações independentes.

## 2.2. O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Supõe-se agora que inicialmente o capital ( $\bar{K}$ ) era integralmente nacional. A partir do período  $t-n$  uma fração do investimento é estrangeira: desdobram-se, portanto, algumas variáveis, conforme se refiram a nacionais ou a estrangeiros, introduzindo equações de comportamento.

Parte do investimento nacional é efetuado por firmas estrangeiras. Por sua vez, as firmas nacionais não investem no estrangeiro.

No investimento estrangeiro inclui-se, além do investimento direto efetuado por firmas estrangeiras (com entrada de capital na nação), aquela parte do investimento nacional que, embora efetuado com poupança nacional, é de propriedade estrangeira (p.ex.: financiamentos obtidos de fontes nacionais para operações a longo prazo, reinvestimentos com poupança gerada na nação).

Haverá, assim, um certo grau de desnacionalização do investimento nacional, definido como

$$(2.14) \quad e = \frac{I^{(e)}}{I}$$

onde  $I^{(e)}$  é o total de investimento bruto de propriedade estrangeira. Supondo  $e$  independente de  $Y$  e de  $A$  e constante no tempo  $e$ , além disso,  $(h_e/h) = (A_e/A)$ , obtém-se a seguinte relação:

$$(2.15) \quad A_e = eA$$

onde  $A_e$  é o total dos investimentos autônomos pertencentes a estrangeiros.

Sendo  $\sum_{i=1}^n I_{t-i}^{(e)} (1 - \epsilon)^{i-1}$  o capital acumulado pelos estrangeiros até o início do período  $t$ , obtém-se (sendo  $h_e$  a propensão marginal a investir na nação por parte dos estrangeiros):

$$(2.16) \quad e^* = \frac{\sum_{i=1}^n (h_e Y_{t-i} + A_e) (1 - \epsilon)^{i-1}}{\bar{K}(1 - \epsilon)^n + \sum_{i=1}^n (h Y_{t-i} + A) (1 - \epsilon)^{i-1}}$$

que representa o grau de desnacionalização atingido por uma economia em que os investimentos estrangeiros (no sentido acima explicado) constituem uma fração constante dos investimentos nacionais, a partir do período  $t-n$ .

Por simplificação, suponho  $e$  constante no tempo, portanto  $e^* = e$ , podendo assim ser indiferentemente usado  $e$  em lugar de  $e^*$  para designar o grau de desnacionalização atingido pelo capital no período  $t$ , suficientemente afastado do período original  $t-n$ .

$$(2.17) \quad e_o = \frac{I^{(e'o)}}{I^{(o)}} = \frac{\Sigma I^{(e'o)}}{\Sigma I^{(o)}} ;$$

$$e_p = \frac{I^{(e'p)}}{I^{(p)}} = \frac{\Sigma I^{(e'p)}}{\Sigma I^{(p)}} ;$$

onde

$I^{(o)}$ ,  $I^{(p)}$  são o investimento realizado pelas firmas do grupo 0, P, respectivamente;

$I^{(e'o)}$ ,  $I^{(e'p)}$  são o investimento estrangeiro (no sentido acima explicado) nas firmas do grupo 0, P, respectivamente.

A e será, portanto, uma média entre  $e_o$  e  $e_p$ , ou seja:

$$e = \mu(e_o, e_p) = e_o v + e_p (1 - v) ;$$

onde

$v$  é a porcentagem de investimento total realizada pelas firmas do grupo 0:

$$v = \frac{I^{(o)}}{I}$$

A formulação acima supõe que o grau de desnacionalização dos investimentos permanece constante, a partir do período  $t-n$  em que se inicia<sup>(4)</sup>.

Os investimentos estrangeiros têm consequências quer sobre as importações quer sobre as exportações. Por um lado, a expansão das firmas estrangeiras facilita o acesso aos mercados internacionais para seus produtos (ou até de outras firmas). Neste caso, parte das exportações já não são mais autônomas, ou seja, um dado exógeno para o sistema, e sim função do investimento estrangeiro. Relaciono tal efeito com o investimento estrangeiro autônomo: o motivo consiste na perspectiva que têm as firmas investidoras de colocar o produto em outras

(4) Para um conhecimento empírico do problema de uma desnacionalização progressiva, cf. Fernando FAJNZYLBER — *Estratégia industrial y empresas internacionales: Posición relativa de América Latina y Brasil*, Rio de Janeiro: CEPAL/IPEA, 1970; Id. — *Sistema industrial y exportación de manufacturas: Análisis de la experiencia brasilena*, Ibid.: 1970; Id. — "La empresa internacional en la industrialización de América Latina" *Comércio exterior*: abril, 1972, pp. 324-338.

nações em concorrência vantajosa. Tal vantagem é independente do tamanho do mercado nacional.

Segundo Fernando Fajnzylber<sup>(5)</sup>,

O volume de exportação por empresa é notoriamente maior no caso das empresas internacionais que no das nacionais. (. .) As empresas internacionais apresentam um comportamento mais estável que as nacionais em relação com o mercado internacional.

O que confirma a oportunidade de introduzir um parâmetro que expresse a dependência de parte das exportações dos investimentos estrangeiros diretos (em sentido amplo). As exportações serão agora:

$$(2.18) \quad X_t = \alpha + qeA \sum_{i=1}^n (1 - \epsilon)^{i-1} \quad (q > 0);$$

sendo subdivididas em

$$X_{o,t} = j\alpha + qe_o vA \sum_{i=1}^n (1 - \epsilon)^{i-1}$$

$$X_{p,t} = (1 - j)\alpha + qe_p(1 - v)A \sum_{i=1}^n (1 - \epsilon)^{i-1}.$$

Por isso falaremos em exportações “induzidas”, entendendo com isso exportações que se verificam como consequência da instalação de firmas estrangeiras, não como “indução” da expansão da renda.

Por outro lado, devem ser consideradas as remessas de lucros, incluindo aquelas explicitamente declaradas como tais e aquelas que, de uma ou de outra forma, são encobertas sob processos como o sobrefaturamento por fornecimento de insumos, pagamentos de royalties e know-how, etc.

Uma fração ( $z$ ) dos lucros que as empresas estrangeiras auferem é remetida ao estrangeiro. Os lucros são função do capital acumulado: aumentam em função dos investimentos. Não havendo inversão de nacionais no estrangeiro, o fluxo corre

(5) “La empresa internacional...”, p. 332. Tradução nossa.

em uma única direção, sendo contado como parte das importações. Sendo  $\rho_e$  a taxa de lucro (média) das empresas estrangeiras, o total das remessas,  $R'_t$ , será

$$(2.19) \quad R_t = z\rho_e e \sum_{i=1}^n (hY_{t-1} + A) (1 - \epsilon)^{i-1};$$

onde o somatório à direita representa o capital acumulado até o período  $t$ .

As importações são agora:

$$(2.20) \quad M_t = mY_t + (1 - g_1 - g_2)A + \\ + p'e \sum_{i=1}^n (hY_{t-1} + A) (1 - \epsilon)^{i-1};$$

onde  $\rho' = z\rho_e$ , expressão que usarei a seguir, quando for aconselhável por motivos de simplicidade.

A equação fundamental do modelo, introduzindo as (2.2) até (2.20) na (2.1) e simplificando, torna-se:

$$(2.21) \quad Y_t + \left\{ \frac{\rho'eh}{1-b-h+m} - (1 - \epsilon) \right\} \\ Y_{t-1} = \frac{\{\epsilon(g_1 + g_2) + (q - \rho')e\}A + \epsilon\alpha}{1-b-h+m}$$

Nesta equação

$$Y_t + \left\{ \frac{\rho'eh}{1-b-h+m} - (1 - \epsilon) \right\} Y_{t-1} = 0$$

constitui a parte homogênea. O modelo será convergente se, definindo

$$a_1 = \frac{\rho'eh}{1-b-h+m} - (1 - \epsilon), \quad \text{obtivermos } |a_1| < |1|$$

ou seja, ao se verificarem simultaneamente as duas condições necessárias e suficientes

$$(2.22) \quad 1 + m > b + h\left(1 - \frac{\rho'e}{\epsilon}\right)$$

e a outra:

$$(2.23) \quad 1 + m > b + h\left(1 + \frac{\rho'e}{2 - \varepsilon}\right)$$

A (2.22) sempre se verifica, ao supor o sistema economicamente "viável", como veremos na análise da parte heterogênea. A (2.23) poderá verificar-se sobre um leque bastante amplo de valores de  $\rho'e$ . De fato, se a propensão ao consumo (média=marginal, em nosso caso) bem como a propensão marginal a investir ( $h$ ) forem relativamente elevadas, serão compensadas por uma elevada propensão marginal a importar ( $m$ ),  $c$  que torna o lado esquerdo da (2.23) superior o lado direito.

Supor-se-ão, portanto, verificadas as condições de convergência. Com esta suposição, a solução da parte heterogênea da equação (2.21) expressa a tendência de longo prazo. Definindo  $\bar{Y}$  como o valor de longo prazo de  $Y_t$ , temos:

$$(2.24) \quad \bar{Y} = \frac{\{\varepsilon(g_1 + g_2) + (q - \rho')e\}A + \varepsilon\alpha}{\varepsilon\left\{1 - b - h\left(1 - \frac{\rho'e}{\varepsilon}\right) + m\right\}};$$

de onde o multiplicador:

$$(2.25) \quad \frac{d\bar{Y}}{dA} = \frac{\varepsilon(g_1 + g_2) + (q - \rho')e}{\varepsilon\left\{1 - b - h\left(1 - \frac{\rho'e}{\varepsilon}\right) + m\right\}}.$$

Para maior simplicidade, nas discussões a seguir identifico este multiplicador com a letra  $\xi$ .

A propósito do multiplicador, cabem algumas observações. O conteúdo de importações nos investimentos autônomos faz diminuir o produto nacional e o multiplicador: a expressão  $(g_1 + g_2)$  no numerador deste é inferior à unidade, pois  $1 - g_1 - g_2 > 0$ . É o que observa Fernando Fajnzylber no artigo citado (p. 335):

O fato de que uma fração importante dos bens de capital seja importada traduz-se em uma diminuição do efeito mul-

tiplicador das inversões realizadas no país. Estima-se que, para o conjunto da América Latina, a importação de bens de capital constituiria aproximadamente uns 45% do consumo total deste tipo de bens. Tal relação seria de 28% na Argentina, 35% no Brasil, 61% na Colômbia e 80% no Chile.

Além disso (que vale para todos os tipos de investimentos)<sup>(6)</sup>, as inversões estrangeiras introduzem outros dois elementos no multiplicador: as remessas de lucros e a promoção de exportações. O primeiro é claramente restritivo, o segundo expansivo.

O efeito global será positivo (expansivo para a economia) se a expansão do lado direito da (2.25) com  $0 < e < 1$  for maior que o valor da mesma, pondo  $e=0$ . Ou seja:

$$\left\{ \xi \right\}_{(0 < e < 1)} > \left\{ \xi \right\}_{(e=0)}$$

O que se verifica se

$$(2.26) \quad q > \rho' \left\{ 1 + \frac{h(g_1 + g_2)}{1 - b - h + m} \right\}$$

A expressão entre parênteses é o multiplicador parcial dos investimentos (sem capital estrangeiro) que pode ser derivado das (2.3) e (2.24)<sup>(7)</sup>:

$$\left\{ \frac{dI}{dA} \right\}_{(e=0)}$$

(6) A afirmação parece esquecer que as firmas internacionais têm duas possibilidades específicas: a) a de adquirir proporcionalmente mais bens de capital em outras subsidiárias das mesmas firmas, no estrangeiro; b) a de sobrefaturar. De um ponto de vista mais teórico, a possibilidade a) é incluída no eventual aumento de  $m$  e correspondente diminuição de  $g_1 + g_2$ . O sobrefaturamento, por sua vez, deve ser incluído nas remessas, estudadas a seguir. Esta exigência causa dificuldades de ordem estatística, mas não impede uma formulação geral da teoria, como afirmada no texto. Se, porém, tais elementos forem esquecidos em levantamentos empíricos, a consequência seria uma subestimação do aspecto restritivo do impacto das empresas estrangeiras na economia nacional.

(7) Ou seja, o valor de  $\frac{dI}{dA} = \frac{dI}{dY} \frac{dY}{dA} + \delta I / \delta A$ , no caso, "sem" inversões estrangeiras.

Portanto a (2.26) pode ser escrita:

$$q > p' \left\{ \frac{dI}{dA} \right\} (e=0)$$

A expressão explicita o peso que a promoção de exportações pelo capital estrangeiro deve ter para compensar o impacto “freador” das remessas.

### 2.3 O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO

Se no processo representado pelo multiplicador o aumento da demanda atendida pelas firmas 0 for proporcionalmente maior que o aumento da demanda atendida pelas firmas P, teremos um processo de concentração. E vice-versa.

Matematicamente tal processo pode ser transcrito como segue:

$$\text{se } \frac{d(C_o + I_o)/dA}{C_o + I_o} : \frac{d(C_p + I_p)/dA}{C_p + I_p} > 1, \text{ então o}$$

processo é de concentração. E vice-versa.

A fórmula à esquerda apresenta uma identidade formal com aquelas da elasticidade, pois pode ser escrita:

$$\frac{d(C_o + I_o)}{C_o + I_o} : \frac{d(C_p + I_p)}{C_p + I_p} = \eta_{o,p}$$

Denominá-la-ei, portanto, “elasticidade do processo de concentração”, usando o símbolo  $\eta_{o,p}$ , ou simplesmente  $\eta$ . É claro que este uso do termo “elasticidade” possui um sentido diferente daquele comumente encontrado em teoria econômica. Não deixa, porém, de ter sua utilidade, pois simplifica a pergunta: o processo é de progressiva concentração ou de desconcentração? Esta pergunta pode agora ser substituída pela fórmula

$$\eta \geq 1.$$



Se  $\eta > 1$ , o processo é de concentração; se  $\eta < 1$ , há um processo de desconcentração.

Para responder ao problema acima formulado, é preciso, primeiramente, deduzir os multiplicadores parciais para  $C_o$ ,  $C_p$ ,  $i_o$ ,  $I_p$ . Das (2.2), (2.3), (2.7), (2.8) e (2.25) obtemos:

$$(2.27) \quad \frac{dC_o}{dA} = f_1 b \xi; \quad \frac{dC_p}{dA} = f_2 b \xi;$$

$$\frac{dI_o}{dA} = g_1 h \xi + g_1; \quad \frac{dI_p}{dA} = g_2 h \xi + g_2;$$

que são os multiplicadores parciais dos bens de consumo e dos bens de investimento fornecidos pelo grupo 0 e pelo grupo P, respectivamente. Sua soma representa, portanto, a ampliação (ou restrição) do produto de cada grupo de firmas, devida a uma aumento (ou restrição) respectivo dos investimentos autônomos, sob as condições implícitas na constância dos vários parâmetros.

Da definição de elasticidade do processo e das (2.24) e (2.25) segue a condição necessária e suficiente:

$$(2.28) \quad \eta > 1 \text{ se } (\bar{Y} - \xi A) (f_2 g_1 - f_1 g_2) > 0.$$

Sendo que pelas (2.24) e (2.25),  $(\bar{Y} - \xi A) > 0$ , então a condição (2.28) se reduz a

$$\frac{g_1}{g_2} > \frac{f_1}{f_2}$$

A condição mostra que o processo é de concentração (desconcentração), dependendo do diferente grau de concentração nos dois setores: bens de capital, bens de consumo. Comparando  $g_1/g_2$  com  $f_1/f_2$ , vemos que a primeira expressão é uma medida da concentração no mercado de bens de capital, a segunda, no mercado de bens de consumo.

As implicações da (2.28) podem-se resumir dizendo que haverá concentração progressiva se o mercado de bens de capi-

tal for mais concentrado que o mercado de bens de consumo. O limite de um grau de concentração igual nos dois mercados deixaria a concentração global no nível inicial. Entra em questão somente a "fatia" de mercado não atendida pelas importações.

Quanto ao efeito específico da desnacionalização (melhor: das variáveis que dependem da presença de capital estrangeiro), este não está expresso na condição (2.28). Isso decorre do fato de que os parâmetros relativos à concentração ( $g_1, g_2, f_1, f_2$ ) foram formulados independentemente da presença de capital estrangeiro.

Em outros termos, tais efeitos concentradores ou desconcentradores produzem-se independentemente do influxo que a presença das firmas internacionais pode ter sobre os parâmetros de concentração dos vários mercados nacionais.

Para detectar tais efeitos, denomino  $\eta^*$  a elasticidade do processo para o caso em que não haja investimentos estrangeiros (todos os parâmetros independentes de  $e$  permanecendo inalterados). Será  $\eta^*$  então o valor de  $\eta$  quando

$$e = e_o = e_p = 0.$$

A pergunta a respeito do influxo do investimento estrangeiro sobre a tendência à concentração pode ser transcrita

$$\eta \geq \eta^*$$

Os parâmetros e variáveis que abaixo serão marcados com \*, entendem-se como referidos ao caso em que  $e=0$ .

Desenvolvendo  $\eta$  e  $\eta^*$ , obtém-se, assim, a condição para que a presença do capital estrangeiro, através das remessas de lucros e da promoção de exportações, tenha efeito concentrador;

$$\eta > \eta^* \quad \text{se}$$

$$(2.29) \quad (f_2 g_1 - f_1 g_2) \left\{ F_1 F_2 \left\{ \xi^* \bar{Y}^* (\bar{Y} - \xi A) - \xi \bar{Y} (\bar{Y}^* - \xi^* A) \right\} + \right. \\ \left. + A \left[ (F_1 g_2 + F_2 g_1) (\xi^* \bar{Y} - \xi \bar{Y}^*) + \right. \right. \\ \left. \left. + g_1 g_2 \left\{ (\bar{Y} - \xi A) - (\bar{Y}^* - \xi^* A) \right\} \right] \right\} > 0$$

Mantendo o mesmo suposto  $g_1/g_2 > f_1/f_2$ , a condição verifica-se tanto mais, quanto mais diminuir o valor do parâmetro  $q$  (promoção de exportações), em comparação com o parâmetro  $\rho'$  (remessas de lucros).

Um debate mais detalhado dessa fórmula, um tanto complexa, pode revelar que

- a) a presença de promoção de exportações é desconcentradora;
- b) a presença de remessas de lucros tem efeitos ambíguos sobre a concentração. Pois, quanto maior for o respectivo parâmetro,

+ tanto maior será o numerador em (2.29),  
 ++ tanto maior também será o denominador.<sup>(8)</sup>

Dois caminhos restam abertos a esta altura:

- i. explorar com mais detalhe as implicações das inversões estrangeiras, mantendo a independência dos parâmetros da economia nacional; e
- ii. aprofundar a relação entre o investimento estrangeiro e a própria determinação dos parâmetros que definem a concentração nos vários mercados.

O primeiro caminho é o que nos ocupará neste trabalho.

### 3 RELAÇÕES ENTRE OS GRUPOS 'O' E 'P'

#### 3.1. O MODELO

Para explorar mais minuciosamente os impactos das inversões estrangeiras na economia nacional, consideraremos um modelo que formalmente se refere aos de insumo-produto de Leontieff. Na verdade, o principal não consiste em estudar as relações

---

(8) É preciso não esquecer que os símbolos  $\Sigma$  e  $\bar{Y}$  referem-se a expressões fracionárias: cf. (2.24) e (2.25).

entre setores (como é o caso nos modelos de insumo-produto)<sup>(9)</sup>, mas sim em analisar a economia levando em consideração que:

- a) os grupos 0 e P acima definidos se relacionam entre si (circulação de bens intermediários);
- b) em ambos os grupos repercute a presença do capital internacional, quer como percentual do capital acumulado, quer por serem ambos seus fornecedores.

### 3.1.1. Formulação estática

Os insumos são fornecidos, em proporções dadas, a cada grupo, quer por suas empresas, quer por empresas do outro grupo. Além disso, em parte são importados. Temos, portanto, as seguintes equações básicas, referentes a quantidades físicas, em um determinado período de tempo:

$$\begin{array}{r}
 \text{fontes} \qquad \qquad \qquad \text{usos} \\
 \hline
 m_o Y_o + Y_o = a'_{oo} Y_o + a'_{op} Y_p + X_o + I_o + C_o; \\
 (3.1) \\
 m_p Y_p + Y_p = a'_{po} Y_o + a'_{pp} Y_p + X_p + I_p + C_p;
 \end{array}$$

onde:

$a'_{hk}$  ( $h, k = 0, p$ ) são os coeficientes das relações entre o grupo  $h$  e o grupo  $k$ ;

$m_h$  ( $h = 0, p$ ) são os coeficientes de importação de insumos.

Definem-se agora os coeficientes de importação  $m_o$ ,  $m_p$ :

$$\begin{array}{r}
 m_o Y_o = m_{oo} Y_o + m_{op} Y_p; \\
 (3.2) \\
 m_p Y_p = m_{po} Y_o + m_{pp} Y_p;
 \end{array}$$

(9) No Apêndice I completo o quadro introduzindo as relações entre os setores. Os grupos O e P encontram-se ambos em cada setor. A análise do modelo aqui apresentado é, portanto, mais agregada, pois distingue só entre os dois grupos de firmas. Pode ser desagregada, quer subdividindo a economia em setores, quer introduzindo ulteriores grupos entre O e P.

onde:

$m_{hk}$  ( $h, k = o, p$ ) são os coeficientes das importações necessárias ao grupo  $h$  para produzir os insumos que fornece ao grupo  $k$ .

Definimos agora os parâmetros  $a_{oo}$ ,  $a_{op}$ ,  $a_{po}$ ,  $a_{pp}$ , como segue:

$$a_{oo} = a'_{oo} - m_{oo}; \quad a_{op} = a'_{op} - m_{op};$$

(3.3)

$$a_{po} = a'_{po} - m_{po}; \quad a_{pp} = a'_{pp} - m_{pp};$$

onde:

$a_{hk}$  ( $h, k = o, p$ ) são os coeficientes dos insumos fornecidos por  $h$  a  $k$ , líquidos das importações neles "contidas"

As (3.1) podem ser, então, assim simplificadas:

$$Y_o = a_{oo} Y_o + a_{op} Y_p + X_o + I_o + C_o;$$

(3.4)

$$Y_p = a_{po} Y_o + a_{pp} Y_p + X_p + I_p + C_p.$$

As (3.4) supõem que, nos bens de demanda final fornecidos por firmas nacionais (mesmo que possuídos por estrangeiros), não estão contidas importações. Contudo, procedimento análogo ao empregado nas (3.3) poderia ser aplicado para levar em consideração a presença de tais importações, modificando, naturalmente, a definição de  $I_m$  e  $C_m$ .

Um suposto deve ser introduzido, a fim de simplificar o modelo: os preços são únicos e constantes para todos os bens, inclusive os importados. O que implica, além da evidente violência que se comete ao desconhecer a inflação, que as firmas alinham seus preços com os do mercado internacional, quando o mesmo bem for produzido em parte na nação, em parte no exterior<sup>(10)</sup>.

Com tal suposto, posso escolher tais unidades quantitativas de bens e serviços, de forma que cada unidade tenha valor um. Assim as (3.4) podem ser lidas tanto em sentido quantitativo quanto em sentido monetário.

(10) Esta suposição, ainda que forte, parece-me mais tolerável (em nosso caso) que a outra sugerida por Nobuo Minabe, de que "a economia não pode produzir os bens intermédios importados". Cf. *Canadian Journal of Economics*, XXXII, 1, fev., 1966, p. 56.

### 3.1.2. Formulação dinâmica

Introduzindo as (2.2) até (2.18) nas (3.4) e levando, portanto, em consideração o tempo, obtenho:

$$Y_{o,t} = \frac{1}{1 - a_{oo}} \{ a_{op} Y_{p,t} + F_1 Y_t + A [g_1 + qe_o v \sum_{i=1}^n (1 - \epsilon)^{i-1}] + j\alpha \};$$

(3.5)

$$Y_{p,t} = \frac{1}{1 - a_{pp}} \{ a_{po} Y_{o,t} + F_2 Y_t + A [g_2 + qe_p (1 - v) \sum_{i=1}^n (1 - \epsilon)^{i-1}] + (1 - j)\alpha \};$$

onde:  $F_1 = f_1 b + g_1 h$ ;

$F_2 = f_2 b + g_2 h$ .

O sistema é incompleto pois, além das variáveis  $Y_{o,t}$  e  $Y_{p,t}$ , contém  $Y_t$ . Analogamente, com a colocação geral dos modelos de insumo-produto, temos que deduzir de  $(Y_{o,t} + Y_{p,t})$  os respectivos insumos empregados em sua produção. Além disso, para obter o mesmo valor de  $Y_t$  definido no modelo anterior, deverão ser deduzidas as remessas de lucros. Obtemos assim:

$$(3.6) \quad Y_t = (1 - a_{oo} - a_{po} - m_o) Y_{o,t} + (1 - a_{pp} - a_{op} - m_p) Y_{p,t} - \rho' \epsilon \sum_{i=1}^n (h Y_{t-i} + A) (1 - \epsilon)^{i-1}$$

Sendo, porém,  $Y_t$  distribuído entre salários, lucros (menos remessas) e reservas para a depreciação, teremos, alternativa-

$$(3.7) \quad Y_t = S_{o,t} + S_{p,t} + R_{o,t} - R'_{o,t} + R_{p,t} - R'_{p,t} + D_{o,t} + D_{p,t},$$

onde

$R_{o,t}$ ,  $R_{p,t}$  são os lucros do grupo O, P, respectivamente, no período t;

$S_{o,t}$ ,  $S_{p,t}$  são a massa salarial do grupo O, P, respectivamente, no período t;

$D_{o,t}$ ,  $D_{p,t}$  é a depreciação dos grupos O, P, respectivamente, no período t;

$R'_{o,t}$ ,  $R'_{p,t}$  são as remessas de lucros do grupo O, P, respectivamente, no período t.

A quantidade de trabalho empregada será:

$$L_t = L_{o,t} + L_{p,t}; \text{ onde:}$$

$$(3.9) \quad L_{o,t} = l_o Y_{o,t}$$

$$L_{p,t} = l_p Y_{p,t}$$

$$(l_o > 0; l_p > 0);$$

onde:

$L_{o,t}$ ,  $L_{p,t}$  são as quantidades de trabalho necessárias para produzir  $Y_{o,t}$ ,  $Y_{p,t}$ , respectivamente;

$l_o$ ,  $l_p$  são intensidades de trabalho de cada grupo.

A massa salarial será:

$$(3.9) \quad S_{o,t} = s_o l_o Y_{o,t};$$

$$S_{p,t} = s_p l_p Y_{p,t};$$

$$(1 > s_o > 0; 1 > s_p > 0);$$

onde  $s_o$ ,  $s_p$  são os salários por unidade de trabalho no grupo O, P, respectivamente.

A (3.7) pode ser, portanto, escrita:

$$(3.7)' \quad Y_t = s_o l_o Y_{o,t} + s_p l_p Y_{p,t} + (\rho - \rho' e + \epsilon) \\ + \sum_{i=1}^n (h Y_{t-i} + A) (1 - \epsilon)^{i-1}.$$

Assim, as (3.5) e a (3.7)' formam um sistema dinâmico com três equações a diferenças finitas e três incógnitas.

Usando agora as definições empregadas já no modelo anterior, podemos reformular as (3.5) + (3.7)' como segue (ver equações (3.10)).

Notar que, nas equações 3.10,  $\Delta > 0$ , pois  $Y_o$ ,  $Y_p$ ,  $Y$  são positivos em todo os períodos, ao supormos que o sistema seja economicamente significativo: é esta uma aplicação das condições de Hawkins-Simon<sup>(11)</sup>.

(11) Cf. David HAWKINS e Herbert A. SIMON — "Note: Some Conditions of Macroeconomic Stability", *Econometrica*, XVII, julho-outubro, 1949, pp. 245-248. Ver o teorema à p. 247.

$$Y_{o,t} = \frac{1}{\Delta} (1-a_{23}a_{32})(y_1+K_1) + (a_{13}a_{32}^{-a_{12}})(y_2+K_2) + (a_{12}a_{23}^{-a_{13}})(y_3+K_3) ;$$

$$Y_{p,t} = \frac{1}{\Delta} (a_{23}a_{31}^{-a_{21}})(y_1+K_1) + (1-a_{13}a_{31})(y_2+K_2) + (a_{13}a_{21}^{-a_{23}})(y_3+K_3) ;$$

(3.10)

$$Y_t = \frac{1}{\Delta} (a_{21}a_{32}^{-a_{31}})(y_1+K_1) + (a_{12}a_{31}^{-a_{32}})(y_2+K_2) + (1-a_{12}a_{21})(y_3+K_3) ;$$

$$\text{onde: } a_{11} = 1; \quad a_{12} = \frac{-a_{op}}{1-a_{oo}}; \quad a_{13} = \frac{-F_1}{1-a_{oo}} \quad a_{11} \quad a_{12} \quad a_{13}$$

$$a_{21} = \frac{-a_{po}}{1-a_{pp}}; \quad a_{22} = 1; \quad a_{23} = \frac{-F_2}{1-a_{pp}} \quad \Delta = a_{21} \quad a_{22} \quad a_{23}$$

$$a_{31} = -s_o^1; a_{32} = -s_p^1; a_{33} = 1. \quad a_{31} \quad a_{32} \quad a_{33}$$

$$Y_1 = b_{11}Y_{o,t-1} + b_{12}Y_{p,t-1} + b_{13}Y_{t-1}; \quad \text{onde: } b_{11} = (1-c)a_{11}; b_{12} = (1-c)a_{12}; b_{13} = (1-c)a_{13};$$

$$Y_2 = b_{21}Y_{o,t-1} + b_{22}Y_{p,t-1} + b_{23}Y_{t-1}; \quad b_{21} = (1-c)a_{21}; b_{22} = (1-c)a_{22}; b_{23} = (1-c)a_{23};$$

$$Y_3 = b_{31}Y_{o,t-1} + b_{32}Y_{p,t-1} + b_{33}Y_{t-1}; \quad b_{31} = (1-c)a_{31}; b_{32} = (1-c)a_{32}; b_{33} = 1-c+h(c+p-\rho'e)$$

$$K_1 = \frac{1}{1-a_{oo}}(G_1A+cj\alpha); \quad K_2 = \frac{1}{1-a_{pp}}[(G_2A+c(1-j)\alpha)]; \quad K_3 = (c+p-\rho'e)A;$$

$$\text{onde: } G_1 = c g_1 + q c_o v; \quad G_2 = c g_2 + q e_p (1-v)$$



As (3.10) podem ser simplificadas e expressas em forma normal:

$$Y_{o,t} = (1-\epsilon)Y_{o,t-1} + \frac{1}{\Delta}(B_{13}Y_{t-1} + \bar{K}_1) ;$$

$$Y_{p,t} = (1-\epsilon)Y_{p,t-1} + \frac{1}{\Delta}(B_{23}Y_{t-1} + \bar{K}_2) ;$$

$$Y_t = \frac{1}{\Delta} (B_{33}Y_{t-1} + \bar{K}_3) ;$$

$$\text{onde: } \bar{K}_1 = (1-a_{23}a_{32})K_1 + (a_{13}a_{32}-a_{12})K_2 + (a_{12}a_{23}-a_{13})K_3 ;$$

$$\bar{K}_2 = (a_{23}a_{31}-a_{21})K_1 + (1-a_{13}a_{31})K_2 + (a_{13}a_{21}-a_{23})K_3 ;$$

$$\bar{K}_3 = (a_{21}a_{32}-a_{31})K_1 + (a_{12}a_{31}-a_{32})K_2 + (1-a_{12}a_{21})K_3$$

$$B_{13} = (1-\epsilon)\Delta + h(\epsilon+\rho-\rho'e)(a_{12}a_{23}-a_{13}) ;$$

$$B_{23} = (1-\epsilon)\Delta + h(\epsilon+\rho-\rho'e)(a_{13}a_{21}-a_{23}) ;$$

$$B_{33} = (1-\epsilon)\Delta + \frac{h(\epsilon+\rho-\rho'e)H}{H + a_{op}a_{po}}$$

$$H = (1-a_{oo})(1-a_{pp}) - a_{op}a_{po}$$

este  $H$  é o determinante da matriz de insumo-produto. Supondo verificadas as condições de Hawkins-Simon (necessárias e suficientes para os valores de  $Y_o$  e  $Y_p$  e as demandas finais de cada grupo sejam positivas), teremos

$$H > 0$$

### 3.1.3. Parte homogênea: convergência

A parte homogênea das (3.11) tem como equação característica

$$[(1 - \epsilon) - \lambda]^2 \left( \frac{B_{33}}{\Delta} - \lambda \right) = 0$$

que é de terceiro grau e admite as soluções

$$\lambda_1 = \lambda_2 = (1 - \epsilon); \quad \lambda_3 = \frac{B_{33}}{\Delta}$$

Verificar-se-á convergência se  $|\lambda| < |1|$  para cada um dos três  $\lambda$ 's.

Ora, já temos  $0 < \lambda_1 = \lambda_2 < 1$ .

Resta, portanto, averiguar a terceira condição:

$$|\lambda_3| < |1| \text{ ou seja } \left| \frac{B_{33}}{\Delta} \right| < |1|.$$

Sendo  $Y_t$  função crescente de  $Y_{t-1}$ , temos que  $\frac{B_{33}}{\Delta}$  é posi-

tivo, pela terceira equação das (3.11).  $B_{33}$  é, portanto, também positivo, pois já vimos que  $\Delta > 0$  pelas condições de Hawkins-Simon. A terceira condição será então:

$$\Delta > B_{33}$$

Ora, esta condição sempre se verifica, pois

$$\frac{\Delta - B_{33}}{\Delta} > 0,$$

se supusermos economicamente viável o sistema, pois na terceira equação das (3.14) — onde está expresso o sistema hete-

rogêneo — essa expressão deve possuir sinal positivo, ao ser o produto de equilíbrio de longo prazo função crescente das exportações e dos investimentos autônomos.

Explicitando os parâmetros que definem  $\Delta$  e  $B_{33}$ , obtém-se que, ao verificar a terceira condição de convergência, ou seja

se  $\Delta > B_{33}$ ,

$$(3.12) \quad H\left[1 - h\left(1 + \frac{\rho - \rho'e}{\epsilon}\right)\right] > F_1[s_p l_p a_{po} + s_o l_o (1 - a_{pp})] + \\ + F_2[s_o l_o a_{op} + s_p l_p (1 - a_{oo})],$$

o que implica também:

$$(3.13) \quad 1 > h\left(1 + \frac{\rho - \rho'e}{\epsilon}\right)$$

#### 3.1.4. Parte heterogênea: tendência de longo prazo

Supondo, portanto, a convergência, passo a analisar a tendência de longo prazo expressa na parte heterogênea do modelo.

Definindo  $\bar{Y}_o$ ,  $\bar{Y}_p$ ,  $\bar{Y}$  como os valores de equilíbrio de longo prazo de  $Y_o$ ,  $Y_p$ ,  $Y$ , obtemos:

$$\begin{aligned} \epsilon \bar{Y}_o - \frac{B_{13}}{\Delta} \bar{Y} &= \bar{K}_1; \\ (3.14) \quad \epsilon \bar{Y}_p - \frac{B_{23}}{\Delta} \bar{Y} &= \bar{K}_2 \\ \frac{\Delta - B_{33}}{\Delta} \bar{Y} &= \bar{K}_3. \end{aligned}$$

A solução das (3.14) resulta em:

$$\bar{Y}_o = \frac{\Delta}{(\Delta - B_{33})(H + a_{op}a_{po})} G_{o1}(G_1A + \epsilon j\alpha) + G_{o2} G_2A + \epsilon(1-j)\alpha + \rho_1A$$

$$\bar{Y}_p = \frac{\Delta}{(\Delta - B_{33})(H + a_{op}a_{po})} G_{p1}(G_1A + \epsilon j\alpha) + G_{p2} G_2A + \epsilon(1-j)\alpha + \rho_2A$$

$$\bar{Y} = \frac{\Delta}{(\Delta - B_{33})(H + a_{op}a_{po})} G_o(G_1A + \epsilon j\alpha) + G_p G_2A + \epsilon(1-j)\alpha + HE_2A$$

onde:

$$G_{o1} = E_1(1 - a_{pp}) - F_2s_p l_p; \quad G_{o2} = E_1a_{op} + F_1s_p l_p;$$

$$G_{p1} = E_1a_{po} + F_2s_o l_o; \quad G_{p2} = E_1(1 - a_{oo}) - F_1s_o l_o;$$

$$G_o = [a_{po}s_p l_p + (1 - a_{pp})s_o l_o] (1 - a_{oo});$$

$$G_p = [a_{op}s_o l_o + (1 - a_{oo})s_p l_p] (1 - a_{pp});$$

$$E_1 = 1 - h \left( 1 + \frac{\rho - \rho' e}{\epsilon} \right);$$

$$E_2 = \epsilon + \rho - \rho' e;$$

$$\rho_1 = E_2 F_1 (1 - a_{pp}) + F_2 a_{op} ;$$

$$\rho_2 = E_2 F_1 a_{po} + F_2 (1 - a_{oo})$$

Da solução (3.15) derivam os multiplicadores:

$$\frac{d\bar{Y}_o}{dA} = \frac{\Delta (G_{o1}G_1 + G_{o2}G_2 + \rho_1)}{(\Delta - B_{33})(H + a_{op}a_{po})} ;$$

$$\frac{d\bar{Y}_p}{dA} = \frac{\Delta (G_{p1}G_1 + G_{p2}G_2 + \rho_2)}{(\Delta - B_{33})(H + a_{op}a_{po})} ;$$

$$\frac{d\bar{Y}}{dA} = \frac{\Delta (G_oG_1 + G_pG_2 + HE_2)}{(\Delta - B_{33})(H + a_{op}a_{po})}$$

Estes multiplicadores estão sujeitos a efeitos expansivos e restritivos análogos aos do multiplicador do modelo anterior. O resultado global será expansivo se

$$(3.17) \quad (\Delta - B_{33}^*) (G_0 G_1 + G_p G_2 + H E_2) > \\ > (\Delta - B_{33}) (G_0 G_1^* + G_p G_2^* + H E_2^*);$$

onde os parâmetros marcados com \* se referem ao caso em que  $e = e_0 = e_p = 0$ , ou seja, o caso em que não há participação estrangeira no investimento.

O efeito da promoção de exportações aparece nas desigualdades:

$$G_1 > G_1^* \quad e \quad G_2 > G_2^*$$

O efeito das remessas aparece nas desigualdades:

$$B_{33} < B_{33}^* \quad e \quad E_2 < E_2^*$$

Mantendo o sistema economicamente viável, também para o caso em que  $e = 0$ , teremos  $B_{33}^* > 0$ .

Então, na condição (3.17):

+ as **remessas** de lucros causam uma diminuição de expressão do lado esquerdo e um aumento da expressão do lado direito;

+ + as **exportações induzidas** operam no sentido contrário, fazendo aumentar a expressão do lado esquerdo, em comparação com o direito;

em outros termos: as remessas fazem diminuir o multiplicador, enquanto as exportações induzidas o fazem aumentar.

### 3.2. O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO

Como finalidade para este trabalho propomo-nos analisar a direção em que opera o modelo exposto, no sentido de aumen-

tar ou diminuir a concentração entre os dois grupos de empresas e entre as várias classes ou, melhor, categorias de pessoas que participam do processo (assalariados e capitalistas dos dois grupos). É, portanto, algo restrito, cujas limitações serão em parte discutidas abaixo.

### 3.2.1. Condições de concentração

Como tendência de longo prazo, o problema de impacto diferencial dos investimentos adicionais sobre a distribuição pode ser expresso, como acima discutimos, no caso do primeiro modelo, pela maior ou menor elasticidade do processo. Sendo, porém, que agora temos, além da demanda final, também as relações intermédias <sup>(12)</sup>, a pergunta a respeito de se  $\eta \geq 1$  equivale a

$$\frac{d\bar{Y}_o/dA}{\bar{Y}_o} \geq \frac{d\bar{Y}_p/dA}{\bar{Y}_p}$$

ou seja  $\bar{Y}_p d\bar{Y}_o \geq \bar{Y}_o d\bar{Y}_p$ ,

ou seja, usando as (3.15) e (3.16):

$$\begin{aligned} & \frac{G_{o1}G_1 + G_{o2}G_2 + \rho_1}{G_{o1}(G_1A + \epsilon j\alpha) + G_{o2}\{G_2A + \epsilon(1-j)\alpha\} + \rho_1A} \geq \\ & \geq \frac{G_{p1}G_1 + G_{p2}G_2 + \rho_2}{G_{p1}(G_1A + \epsilon j\alpha) + G_{p2}\{G_2A + \epsilon(1-j)\alpha\} + \rho_2A} \end{aligned}$$

Desenvolvendo e reordenando, obtém-se a condição para que  $\eta > 1$ :

$$\begin{aligned} & a\left\{(1-j)e_0v - je_p(1-v)\right\}\left\{1 - h\left(1 + \frac{\rho - \rho'e}{\epsilon}\right)\right\} + \\ (3.18) \quad & + b\left\{(1-j)f_1 - jf_2\right\}(\epsilon + \rho - \rho'e) + \epsilon\left\{(1-j)g_1 - jg_2\right\} > 0. \end{aligned}$$

(12) Agora considera-se o produto total das empresas ( $Y_o, Y_p$ ), não o produto nacional bruto. Parte de  $Y_o$  e de  $Y_p$  deve ser eliminada para obter o produto nacional bruto. Contudo, um indicador que se refira ao produto total das empresas é mais oportuno para julgar o grau de concentração da economia nacional.

A mesma fórmula, no caso que  $e = e_o = e_p = 0$ , torna-se:

$$(3.19) \quad \epsilon \{ (1-j)g_1 - jg_2 \} + b \{ (1-j)f_1 - jf_2 \} (\epsilon + \rho) > 0.$$

Portanto, o processo de expansão da economia nacional “sem” inversões estrangeiras será concentrador se

$$(3.20) \quad \frac{g_1}{g_2} > \frac{j}{1-j} \quad \text{e/ou} \quad \frac{f_1}{f_2} > \frac{j}{1-j},$$

condições suficientes, mas não simultaneamente necessárias. A segunda é pouco plausível, pois suporia maior concentração no mercado de bens de consumo que no de exportação. A primeira possui um grau maior de plausibilidade.

Em resumo, o aumento/diminuição da concentração global (dentro dos supostos do modelo) depende (com  $e = 0$ ) da relativa concentração nos mercados de bens de capital, de consumo e exportador tradicional. Em outros termos, mesmo independentemente de processos de conquista de fatias sempre maiores nos vários mercados e da fusão ou aquisição de firmas, constatar-se-á progressiva concentração à simples verificação da (3.19).

Quanto à plausibilidade de uma maior concentração no mercado de bens de capital que no de exportações tradicionais, cabe notar o predomínio de grandes complexos industriais no setor de bens de investimento, enquanto no setor exportador (embora também já tradicionalmente concentrado) podem existir bastantes firmas tradicionais, as quais, em comparação com os grandes monopólios internacionais e suas subsidiárias, deverão ser incluídas no grupo P.

Contudo, é necessário considerar como também plausível o caso em que

$$\frac{j}{1-j} > \frac{g_1}{g_2}$$

Em tal caso, o valor da expressão (3.19) diminui, tornando-se com toda plausibilidade negativo.

### 3.2.2. Inversões estrangeiras e concentração

O influxo das **remessas** (no caso em que não houver promoção de exportações) pode ser analisado isoladamente, reduzindo a zero o parâmetro  $q$  na (3.18):

se  $q=0$ , a condição (3.18) será:

$$(3.21) \quad b\{(1-j)f_1 - jf_2\}(\varepsilon + \rho - \rho'e) + \varepsilon\{(1-j)g_1 - jg_2\} > 0$$

Consequentemente, sem promoção de exportações, as remessas terão efeito concentrador se

$$\frac{j}{1-j} > \frac{f_1}{f_2}$$

que é o inverso da segunda das condições (3.20).

O influxo das **exportações induzidas** depende-se de (3.18), reduzindo a zero as remessas:

se  $\rho' = 0$ , a condição (3.18) será:

$$(3.22) \quad q\{(1-j)e_0v - je_p(1-v)\} \left\{1 - h\left(1 + \frac{\rho}{\varepsilon}\right)\right\} + \\ + b\{(1-j)f_1 - jf_2\}(\varepsilon + \rho) + \varepsilon\{(1-j)g_1 - jg_2\} > 0$$

O sistema de produção deve ser suposto economicamente "viável" também neste caso. Portanto, a condição (3.13) acima lembrada continua a verificar-se na forma:

$$(3.23) \quad 1 > h\left(1 + \frac{\rho}{\varepsilon}\right)$$

Isso suposto, a condição suficiente e necessária para que o impacto das exportações induzidas seja concentrador, é:

$$(3.24) \quad \frac{e_0v}{e_p(1-v)} > \frac{j}{1-j},$$

ou seja, que o investimento estrangeiro, promotor das exportações, possua um grau maior de concentração que o mercado



exportador tradicional<sup>(13)</sup>. A condição (3.24) parece revelar o óbvio. Resta notar, porém, que não é igualmente óbvia a relação entre esse fator concentrador (cujo efeito varia ao variar  $q$ ) e os outros que, ao variar  $q$ , não se alteram:

$$\frac{f_1}{f_2} \geq \frac{j}{1-j} \quad e \quad \frac{g_1}{g_2} \geq \frac{j}{1-j}$$

Denominamos  $\eta^*$  a elasticidade do processo para o caso em que não haja investimentos estrangeiros, todos os parâmetros independentes de  $e$  permanecendo iguais.

Uma forma de explorar a diferença entre  $\eta$  e  $\eta^*$  é a comparação entre os dois valores que a condição de concentração assume, respectivamente, quando  $0 < e < 1$ , sendo  $e = \mu(e_o, e_p)$ , e quando  $e = e_o = e_p = 0$ . A condição será maior **com** investimentos estrangeiros que **sem** investimentos estrangeiros, se (3.18) for maior que (3.19), ou seja, se<sup>(14)</sup>

(13) Note-se que esta última diferença entre os dois graus de concentração é tanto mais concentradora, quanto maior for a promoção de exportações (parâmetro  $q$ ), enquanto as outras que aparecem na (3.22) (mercado de bens de capital e mercado de bens de consumo versus exportações tradicionais) se apresentam como independentes do valor de  $q$ .

(14) Expressando  $\eta > \eta^*$  na forma

$$\frac{\overline{Y_p} \overline{dY_o}}{\overline{Y_o} \overline{dY_p}} > \frac{\overline{Y_p^*} \overline{dY_o^*}}{\overline{Y_o^*} \overline{dY_p^*}}$$

e, desenvolvendo segundo as (3.15) e (3.16), obtemos uma expressão complexa, na qual

i) por efeito das **exportações induzidas** (parâmetro  $q$ ), numerador e denominador do lado esquerdo são maiores que os do lado direito;

ii) pelos efeitos **diretos das remessas** (parâmetros  $p_1$  e  $p_2$ ), numerador e denominador do lado esquerdo são menores que os do lado direito;

iii) pelos efeitos das **remessas através dos investimentos induzidos** expressão  $h_p'e'$  nos parâmetros  $G_{o1}$ ,  $G_{o2}$ ,  $G_{p1}$ , e  $G_{p2}$ , numerador e denominador do lado esquerdo são maiores que os do lado direito.

Estas poucas observações confirmam, ainda que precariamente, o caráter mais ambíguo das repercussões das remessas, quando com-

$$(3.25) \quad q \left\{ (1-j)e_0v - je_p(1-v) \right\} \left\{ 1 - h \left( 1 + \frac{\rho - \rho'e}{\epsilon} \right) \right\} + \\ + b \left\{ jf_2 - (1-j)f_1 \right\} \rho'e > 0$$

A fórmula salienta, mais explicitamente que (3.18), o papel (eventualmente concentrador) da promoção de exportações. Inclusive o próprio papel das remessas, conforme está explicitado no primeiro termo da soma em (3.25), está parcialmente vinculado às remessas devidas à promoção de exportações.

Notar, além da relativa plausibilidade do suposto

$$\frac{j}{1-j} > \frac{f_1}{f_2},$$

a plausibilidade de um grau relativamente elevado de concentração na propriedade do capital por parte dos estrangeiros:

$$\frac{e_0v}{e_p(1-v)} > \frac{j}{1-j}$$

O efeito global mais plausível é, portanto, de ulterior concentração: o ritmo dado pelos parâmetros da economia nacional é acelerado pelo jogo destas duas variáveis no sentido de agravar a tendência à concentração, ou então de gerá-la. Quanto ao efeito global sobre o crescimento da economia, este depende da prevalência do peso das exportações induzidas em comparação com o das remessas.

Estas deduções estão, como é claro, sujeitas a restrições devidas aos supostos do modelo. Contudo, o fato de poderem ser assumidas **sem** introduzir uma **indução de comportamento**

---

..  
paradas com a repercussão da promoção de exportações.

Um desenvolvimento de toda a condição resulta na comparação entre duas expressões, cuja complexidade obscurece a análise. A fórmula referida no texto, embora não esgote a resposta à questão, mostra claramente algumas propriedades dos parâmetros relevantes aqui analisados.

oligopolista por parte das empresas estrangeiras<sup>(15)</sup>, leva à conclusão de que existem forças concentradoras que não dependem do comportamento das empresas, e sim do simples fato de que certas variáveis estão vinculadas às empresas estrangeiras de maneira exclusiva ou, pelo menos, preponderante (remessas e exportações induzidas).

Tais forças dependem da estrutura (graus de concentração e relações de interdependência) da economia nacional. Uma eventual desconcentração no mercado de bens de capital e na propriedade do capital em mãos dos estrangeiros seria a condição mais importante para alterar tais tendências.

### 3.3. LUCROS, SALÁRIOS E EMPREGO

Até aqui consideramos somente a distribuição do capital e do produto. Esta é a origem da distribuição da renda pessoal. Em nossos modelos simplificados isso se opera através de salários e lucros ( $\rho_o, \rho_p, s_o, s_p$ ) e da intensidade de trabalho ( $l_o, l_p$ ); podemos, assim, obter alguma dedução a respeito da distribuição, com o apoio de suposições simples e plausíveis. Quanto aos lucros:

$$(3.26) \quad \rho_o > \rho_p;$$

ou seja, as taxas de lucro são maiores no grupo O que no grupo P.

Quanto aos salários,

$$(3.27) \quad s_o l_o < s_p l_p; \quad \text{embora} \quad s_o > s_p, \text{ pois } l_o < l_p$$

Ou seja, a carga salarial sobre o valor do produto no grupo O é menor que no grupo P. Isso é devido a menor intensidade de trabalho, não compensada pela taxa de salário mais elevada.

---

(15) Ou seja, não consideramos que a presença de tais empresas pode introduzir procedimentos de conquista de mercados, eliminando rivais, etc. Tampouco que tais firmas, mesmo nos casos em que as filiais sejam relativamente menores, são, se consideradas com todas as vinculações internacionais, normalmente as maiores firmas que atuam na nação. A Volkswagen do Brasil pode estar no vigésimo lugar entre as empresas brasileiras, mas, a Volkswagen em seu conjunto, é maior que qualquer empresa brasileira nacional.

Com estes supostos, o crescimento **proporcional** dos salários de cada grupo ( $S_o$ ,  $S_p$ ) será igual ao crescimento do respectivo produto:

$$\frac{dS_o/dA}{S_o} = \frac{s_o l_o (d\bar{Y}_o/dA)}{s_o l_o \bar{Y}_o} = \frac{d\bar{Y}_o/dA}{\bar{Y}_o}, \text{ etc.}$$

Quanto aos lucros, a longo prazo ( $\bar{R}_o$ ,  $\bar{R}_p$ ), sendo

$$\bar{r}_o = \frac{\rho_o g_1}{\epsilon} (h\bar{Y} + A),$$

$$\bar{r}_p = \frac{\rho_p g_2}{\epsilon} (h\bar{Y} + A),$$

a taxa de crescimento será igual nos dois grupos:

$$\frac{d\bar{R}_o/dA}{\bar{R}_o} = \frac{d\bar{R}_p/dA}{\bar{R}_p}$$

Portanto, se o aumento for proporcionalmente maior no grupo O que no grupo P, haverá um aumento proporcionalmente maior nos lucros (que neste grupo têm taxa mais elevada) que nos salários.

O emprego aumenta tanto mais quanto menos concentrador for o processo.

Se introduzirmos o suposto adicional de que os capitalistas, ou melhor, as participações pessoais no capital, aumentam proporcionalmente menos que o emprego (assalariados), teremos que o processo de concentração a nível de firmas (produto) é acompanhado por concentração ainda maior na renda pessoal. Os lucros aumentam mais que os salários, enquanto que aumentam em menor proporção os seus beneficiários. Algo análogo

sucedem em relação aos altos e baixos salários. Tudo isso, em termos proporcionais<sup>(16)</sup>.

Esta dedução representa uma versão esquematizada e rígida da tese: no desenvolvimento todos ganham, mas as disparidades aumentam. Não leva em consideração outros fatores, os quais podem diminuir ou aumentar os efeitos dessa tendência.

#### 4. LIMITES DO MODELO E PERSPECTIVAS

Retomando o raciocínio em seu conjunto (inversões estrangeiras e distribuição da renda), faremos algumas observações finais sobre o enfoque específico dos modelos (especialmente do segundo) dentro do problema geral em questão. Seguir-se-á um breve resumo comentado das principais conclusões. Enfim, examinaremos algumas perspectivas de estudos ulteriores, quer teóricos, quer empíricos.

##### 4.1. ELEMENTOS CONSIDERADOS E ELEMENTOS OMITIDOS

Como sempre na modelística econômica, foram omitidos alguns elementos que na realidade estão presentes. Uns foram desconsiderados por não serem, presumivelmente, de maior importância para o caso (por exemplo, por estarem estritamente vinculados ao setor de subsistência); outros, por necessidade de simplificar o modelo, pelo menos em uma primeira versão.

Nesse sentido, a principal restrição pertinente ao problema da distribuição da renda pessoal é devida ao fato de que, entre as variáveis, só foram considerados os salários e os lucros, e mesmo para estes foram supostas taxas fixas, embora diversificadas segundo os grupos. Com tais instrumentos, as deduções sobre concentração de renda apoiam-se na associação entre

---

(16) Note-se que os "salários altos", neste contexto, são os salários médios das firmas O, e não propriamente os salários para as altas qualificações. Portanto, o emprego total pode aumentar proporcionalmente menos em períodos em que aumentam proporcionalmente mais os empregos para o pessoal mais qualificado.

a rentabilidade e a maior produtividade do trabalho no oligopólio, bem como no pressuposto de que o oligopólio tem um certo grau de estabilidade: em cada mercado, a porcentagem fornecida por oferta oligopolística não diminui.

Destarte, omitimos pelo menos duas outras importantes fontes de concentração: a transferência de rendas de grupos de alta produtividade para outros de baixa, e o oligopólio (ou monopólio) em grupos de baixa produtividade (por exemplo nos clássicos latifúndios). Note-se, contudo, que pelo menos este último elemento é de fácil introdução no modelo, uma vez que se pense em subdividir a graduatória O - P, em mais de dois grupos e, ainda mais, se for adotada a subdivisão por setores (cf. Apêndice I, não incluído nesta versão do artigo).

Na questão da apropriação do produto aos dois grupos de firmas, omitiram-se processos de fusão, que fazem passar firmas do grupo P para o grupo O, sem aumentar o número daquelas que formam o oligopólio. Alternativamente, a fusão (ou processos semelhantes) reduz o número das firmas oligopolistas ao tempo em que sua parcela de mercado aumenta (ou pelo menos permanece estável).

Neste contexto, outro processo deveria ser analisado (e foi aqui omitido): o da marginalização de empresas. O que acontece com inversões de empresas do grupo O (nesse caso, as inversões estrangeiras têm particular importância) é que estas não somente se aproveitam de uma expansão do mercado, mas substituem a produção tradicional. Em termos do modelo, enquanto  $dY_o$  é positivo,  $dY_p$  chegaria a se tornar negativo. Se estiverem unidas tecnologia poupadora de capital e economias de escala, podem chegar a gerar uma diminuição líquida de emprego, enquanto aumenta o produto social. Segundo Osvaldo Sunkel<sup>(17)</sup>,

os efeitos multiplicadores do emprego, derivados da criação de novos lugares de trabalho com renda mais elevada, tendem provavelmente a ser menores que os efeitos multiplicadores negativos derivados da distribuição de lugares

---

(17) Osvaldo SUNKEL — "Capitalismo transnacional y desintegración nacional en América Latina", *El trimestre económico*, n. 150, abril-junho, 1971, p. 571-628. O trecho citado encontra-se à p. 589. A tradução é nossa.

de trabalho nos níveis mais primitivos, que vai associada a reduções de consumos e insumos que afetam principalmente atividades de elevada densidade de mão-de-obra.

Este ponto é importante para julgar os limites do modelo proposto, pois modifica o que foi dito no item 3.3. em suas conclusões. No modelo teórico, todos ganham, embora uns mais, outros menos. No processo de marginalização, há alguém que perde. Este, em nossa linguagem técnica e asséptica, encontra-se no grupo P (como assalariado, ou como capitalista). A este ponto, porém, a terminologia P já não significa mais "polipolista", mas simplesmente, pobre, que vem marginalizado.

Para voltar à teoria, esta, como já se notou, sofre das limitações impostas pelo emprego de funções lineares. Como tentativa de aproximar tendências pode, contudo, servir. Serve tanto mais, quanto mais aproximadas são as funções lineares dos dados reais. O fato, porém, de permitir várias subdivisões em grupos de empresas, torna esta aproximação mais fácil e seus resultados presumivelmente mais adaptados à realidade.

#### 4.2. BREVES NOTAS SOBRE AS CONCLUSÕES

A inversão estrangeira, através das exportações induzidas e das remessas de lucros, é concentradora ou desconcentradora? Esta é a pergunta à qual nos propusemos responder. Só o conseguimos, todavia, dentro de determinados esquemas de raciocínio. Supondo, agora, que as restrições e condições deste raciocínio tenham sido suficientemente ilustradas, passo a comentar somente o conteúdo das principais conclusões.

Os modelos permitem uma comparação: ao lado do papel **concentrador ou desconcentrador**, e paralelamente a ele, temos a função de **estímulo ou de restrição** de cada variável para a economia nacional.

As inversões estrangeiras participam do processo em curso na economia nele introduzindo novos elementos.

Podemos comparar os dois modelos quanto aos efeitos estudados: o efeito-concentração e o efeito-multiplicador, ambos sob o prisma do influxo exercido pelas inversões estrangeiras.

No primeiro modelo, a correspondência é clara<sup>(18)</sup>: 'exportações induzidas — maior multiplicador — menor concentração; remessa de lucros — menos multiplicador — impacto ambíguo sobre a concentração.

Isto, porém, é devido à impositação simplificada do modelo, como aliás foi notado.

No segundo modelo — mais complexo, por serem levadas em consideração explicitamente várias inter-relações entre os grupos — os efeitos sobre o multiplicador do produto nacional bruto mantêm o mesmo sinal que no modelo anterior: exportações induzidas — aumento; remessas — diminuição.

A associação com os efeitos sobre a concentração é, porém, modificada. É que o modelo explicitou o papel dos parâmetros na própria determinação do produto parcial de cada grupo, enquanto o primeiro modelo só o explicitava na determinação do produto nacional bruto e, portanto, do multiplicador agregado.

O papel (concentrador ou desconcentrador) das exportações induzidas depende agora dos graus de concentração do próprio capital estrangeiro "promotor" das exportações, comparado com o grau de concentração das exportações tradicionais. Note-se que esta condição aparece somente a partir do momento em que o capital estrangeiro esteja presente. Em sua ausência total, essa condição nem teria sentido.

As remessas de lucros são concentradoras se o mercado exportador tradicional for mais concentrado que o de bens de consumo. Esta mesma condição, na ausência do capital estrangeiro, seria um fator de desconcentração

A respeito do papel concentrador das remessas, notamos que não está de acordo com a idéia hoje aparentemente comum de que crescimento é condicionado por concentração. Pelo menos esta tendência, vai em sentido contrário.

Em resumo, o que ficou evidenciado como hipótese mais plausível (a ser testada empiricamente) foi o papel concentrador das inversões internacionais, através das remessas e

---

(18) Supõe-se uma maior concentração no mercado de bens de capital que no mercado de bens de consumo



exportações induzidas. Tal se aplica ao caso em que a desnacionalização não altera a estrutura oligopolística inicial. Com maior razão, será concentrador o capital estrangeiro que introduzir em determinados mercados situações e/ou comportamentos oligopolistas.

#### 4.3. PERSPECTIVAS DE ESTUDOS ULTERIORES

Os modelos propostos não foram pensados visando uma aplicação imediata: como estão, portanto, serão dificilmente testados. Necessitam de um trabalho de adaptação para chegar à realização de teste empírico adequado.

Estudos sobre os dados existentes das inversões estrangeiras na América Latina foram efetuados. Em particular, merecem atenção os de Fernando Fajnzylber já citados.

Julgando um tanto prematura, no momento, uma investigação que aprofunde o debate empírico sobre concentração e inversões estrangeiras, preferimos, por enquanto, indicar algo que possa servir, quer para aperfeiçoar os modelos aqui propostos (em particular o segundo), quer para lhes proporcionar uma forma que melhor se sujeite a testes. Nesse sentido, acrescentaremos algumas anotações que possam nortear pesquisas empíricas.

##### 4.3.1. Modificações e adaptações do modelo

Em se tratando de debater o problema da distribuição será necessário, para aproximar melhor a realidade, admitir taxas de lucros e de salários variáveis no tempo. Assim, também será necessário introduzir os preços e seu mecanismo em regime oligopolístico. Com tal modificação, teremos um quadro mais completo das relações básicas dentro do sistema capitalista.

Faltaria, então, considerar a posição dos sistemas mais tradicionais de produção e circulação das mercadorias (autosubsistência, escambo, vários procedimentos em uso nas camadas marginalizadas, etc.). Isso, para completar o panorama das camadas sociais entre as quais se distribui o produto social. A

razão é dupla: primeiro, a necessidade de completar a “lista” dos participantes do produto social; segundo, o fato de que o sistema capitalista “atravessa” os outros existentes, pois absorve parte de seu valor adicionado pelas relações que mantém com os mesmos.

A distribuição não é, portanto, simples soma de resultados de vários sistemas (capitalista, com seus grupos O e P, de subsistência, marginalizados de vários tipos, .). A distribuição decorre, muito mais, da interação, das vinculações **entre** os vários sistemas. E o fato de que haja possibilidade de vincular dois sistemas diversos em sua organização e em sua estrutura constitui uma das razões da presença do capital estrangeiro em economias ditas “em desenvolvimento”<sup>(19)</sup>.

Nesta lógica, caberia considerar as transferências, quer públicas quer privadas, entre os grupos. Algum aceno já foi feito acima à possibilidade de que tais transferências operem também em sentido concentrador. Que estes mecanismos não se limitem unicamente ao setor público, aparece claro quando se considerem as relações que muito determinam na economia tradicional: coronelismo e paternalismo, agregados e moradores das fazendas, sistemas de crédito, comercialização, etc.

Pode-se, talvez, estabelecer a hipótese: tanto maior peso têm as transferências privadas, quanto mais “tradicional” for a sociedade — ou: quanto menos predominarem empresas modernas. O que não é motivo para deixar de incluir tais relações no estudo do desenvolvimento em regime de oligopólio tipicamente capitalista. De fato (apesar das funções tradicionais de produção menos eficientes e lucrativas), as empresas mais modernas não deixam de aproveitá-las em seu giro de negócios.

No quadro complexo de tais vinculações dever-se-á introduzir, enfim, o papel do estado: não somente como “transferidor” de parte da renda (concentrador ou desconcentrador); e sim, também, por suas políticas que influenciam, de maneiras alternativas, o comportamento de todas as variáveis em ques-

---

(19) Mais correto seria dizer “em processo de subdesenvolvimento”. Para uma mais ampla introdução a idéia do capital “atravessando” outros modos de produção, cf. PALLOIS, Christian. — *Internationalisation du capital et stratégie des formes multinationales*, Grenoble: I.R.E.P., 1973, mimeo.

ião. Quanto ao papel do estado frente às inversões estrangeiras, cabe mencionar o controle sobre as várias formas de efetuar e mascarar as remessas, bem como as vantagens e desvantagens que as firmas experimentam pela diversidade dos regimes fiscais das nações<sup>(20)</sup>.

#### 4.3.2. Estudos empíricos e progresso das teorias explicativas

Do ponto de vista de estudos empíricos, prefiro acenar com várias direções em que se poderiam mover, sem insistir muito na eventual realização de um teste do modelo aqui apresentado (ou das hipóteses nele contidas).

Antes de tudo, adquirimos dos estudos sobre o oligopólio a necessidade de distinguir, dentro de cada ramo de atividade, entre firmas que, no jogo oligopolista, ocupam várias posições. Em termos do modelo, entre os grupos O e P.

Não creio oportuno insistir no interesse dos indicadores de concentração nos vários mercados. Contudo, penso em uma melhor alternativa para chegar a uma divisão em vários grupos. As empresas deveriam ser primeiramente ordenadas segundo um conjunto de critérios operacionais que ajudassem a identificar as barreiras existentes entre os grupos de empresas. Tais critérios não seriam somente dados pela porcentagem de mercado, mas sobretudo por indicadores das possibilidades de excluir a entrada de novos concorrentes: funções de produção protegidas por segredos, patentes, ou outras vantagens técnicas; tradição no atendimento do mercado, propaganda e rede de distribuição; vinculações, especialmente enquanto geram ações — pelo menos tendencialmente — coletivas, com aproximação ao monopólio.

Exemplos clássicos de tais subdivisões encontram-se nas obras de Sylos-Labini<sup>(21)</sup> e de Bain<sup>(22)</sup>. Tais estudos deveriam

---

(20) Cf., por exemplo, Constantine V. VAITSOS — *Income Distribution, Welfare Considerations and Transnational Enterprises*, Lima: Junta del Acuerdo de Cartagena, agosto, 1972, mimeo.

(21) Ver o exemplo de vários graus de tecnologia, permitindo maior margem de lucro na fixação do preço em SYLOS-LABINI — *Oligopólio e Progresso técnico*, Bari Laterza, 1967, Cap. II, 5.

(22) Ver BAIN — *Barriers to New Competition*, Cambridge: Harvard University Press, 1962.

ser retomados e, de certa forma, refeitos em vista das condições específicas das economias de industrialização mais recentes<sup>(23)</sup>.

Um segundo aspecto que pode ser explorado é o do desenvolvimento de estudos empíricos das firmas segundo as esferas em que operam. A subdivisão em “ramos” (“branches”) é mais realista que a subdivisão tradicional em setores<sup>(24)</sup>.

Em suma, trata-se de levar mais em consideração a estratégia das firmas ao determinar a repartição (e o domínio) dos mercados em questão — o que representa maior significação econômica que os “setores” de atividade da classificação internacional. Se levada em consideração tal estratégia, subdivisões como O e P (ou qualquer outra que leve em consideração oligopólio e concentração) são empregadas em todo o seu sentido.

Como critérios provisórios, sujeitos a ulterior aprofundamento, podem ser sugeridos os seguintes (a fim de se chegar a uma definição operacional de “ramos” de atividade):

i. a definição do mercado das várias mercadorias — para a qual muito podem ajudar medidas de elasticidade de substituição, quer baseadas no comportamento dos consumidores, para bens de consumo, quer em substitutibilidade de fatores, quando a mercadoria for um bem de produção<sup>(25)</sup>;

---

(23) Contudo, os estudos de Sylos-Labini já possuem um grau consistente de penetração de tais economias. Em casos determinados, deverá ser descoberto algum mecanismo alternativo ao da estratégia sindical por ele analisada; ou, então, serem analisadas as consequências da falta de tal estratégia.

(24) As considerações aqui expostas sobre os “ramos” (francês “branches”) são em caráter provisório e, portanto, precário. Trata-se de enfoques que, pelo nosso conhecimento, estão em fase de elaboração. Indicações a este respeito foram-nos fornecidas gentilmente por Christian Pallois, quer em encontro pessoal, quer em seu trabalho *Internationalisation du capital*, já citado. O que escrevemos, porém, é de nossa inteira responsabilidade. Algum trabalho teórico e prático nos países da América Latina em fase de industrialização poderia contribuir para melhor definir tais conceitos e elaborar uma metodologia adequada de pesquisa. Um dos pressupostos indispensáveis para o pesquisador neste terreno, consiste na atitude crítica perante classificações já adotadas.

(25) Contanto que, neste último caso, se leve em consideração o peso que a substituição reveste para a estratégia global, e especialmente de custos, da firma. Cf., por exemplo, YEOMAN, Wayne A. — *Selection of Production Process for the Manufacturing Subsidiaries of U.S. — Based Multinational Corporations*, D.B.A. Dissertation, Grad. School of Business Administration: Harvard University, abril, 1968, mimeo.

ii. a intensidade de relações interindustriais, especialmente os casos em que tais relações não se deixam facilmente descobrir, pois se operam entre unidades de uma mesma firma (nacional ou transnacional);

iii. as fusões e outras formas de integração **vertical** (ir mais a montante ou a jusante na cadeia de relações interindustriais que se relacionam com **um** mercado); ou **horizontal** (visando domínio de fatia cada vez maior de um mercado).

Em resumo: aprofundar as implicações do oligopólio para a estrutura da economia; em particular, para a compreensão de tal problema, analisar os “ramos” de atividade e a estratégia de atuação das firmas nos mesmos.

Outro problema é o das exportações. No modelo, supomos que em parte são induzidas, pela presença de investimentos estrangeiros, que ligam o produto do país a mercados externos. Surgem aqui dois problemas: um estatístico, ligado à colocação do modelo como se encontra neste estudo; e outro, que provém da situação das firmas estrangeiras no mercado nacional e internacional.

O modelo relaciona as exportações induzidas ao investimento **autônomo** das firmas estrangeiras. Estatisticamente não parece possível a distinção entre investimentos autônomos e investimentos induzidos. O se pode fazer é estimar a curva de regressão do investimento (em particular, do estrangeiro) sobre a renda nacional. Poderemos, outrossim, estimar a regressão das exportações (ou das exportações de manufaturados) sobre o investimento estrangeiro. Não vemos, porém, possibilidade de estimar a regressão das exportações de manufaturados sobre investimentos autônomos (excluídos ou induzidos) das firmas estrangeiras<sup>(26)</sup>.

A solução prática será um afastamento do modelo teórico, devido à impossibilidade de verificação acurada do processo de investimento estrangeiro. Contudo não quisemos modificar, por

---

(26) Ocasão para o esclarecimento desse ponto foi uma observação do Dr. Oscar Garavello.

enquanto, o modelo, pos é mais lógico fazer depender a indução de exportações unicamente de parâmetros externos à economia nacional. Não é, de fato, em vista da expansão do mercado interno de uma nação que uma firma se decide a instalar aí uma fábrica de produtos que pretende exportar para suas filiais em outros países.

O segundo problema é o da vinculação que tais exportações induzidas representam para a nação. À primeira vista, trata-se da passagem de primário-exportadora para fornecedora de bens industrializados. Tal observação é correta só do ponto de vista dos **produtos** que são oferecidos (exportados). Enquanto, porém, o mercado externo for quem determina o produto a ser exportado e, ao mesmo tempo, a escolha do produto e da localização da produção for efetuada por firmas estrangeiras visando suas próprias vantagens, a dependência que caracteriza o mercado primário-exportador continua e se reforça na exportação de manufaturados.

É claro que, tais produtos, como todas as exportações, melhoram a balança de pagamentos. Mas, nem por isso a economia passa a ser “desenvolvida”. Para tornarem-se verdadeiros **partners** nas relações internacionais, é necessário que os agentes econômicos nacionais cheguem a participar na determinação das forças que norteiam o mercado em que colocam seus produtos. De uma expansão das vendas ao estrangeiro, deveriam passar à determinação das estratégias de mercados, portanto, uma estratégia de mercadoria (contraposta a uma de produto). Neste “nortear os mercados” estaria incluída a reestruturação das forças que determinam a distribuição no país e entre os países.

Neste ponto, uma verificação empírica da hipótese de Pallois poderia muito contribuir para uma política econômica de longo prazo. Resumidamente, tal hipótese corresponde a<sup>(27)</sup>:

Aconteça o que acontecer, o campo privilegiado de atividade das firmas multinacionais será constituído pelo centro, por muito tempo ainda, não obstante a amplitude apa-

---

(27) PALLOIS, C. — *Op. cit.*,... p. 56. Tradução nossa.

rente da intervenção das firmas multinacionais na periferia.

Além disso, tanto a política de preços, como o conteúdo de importações nas exportações induzidas (bens intermédios importados de filiais em outros países), oferecem às firmas instrumentos de remessas de lucros encobertas sob as formas de sobre e subfaturamento.

A perspectiva de estudos aqui esboçada é exigente. Exige renovação — uma alteração nos termos de referência para levantamentos estatísticos e outros — a qual vai de encontro ao que denominaria de “personalização” das escolhas econômicas: personalização, no sentido de que daria relevo ao problema de “quem é quem” na economia nacional, qual é sua estratégia, suas vinculações dentro e fora da nação, bem como as consequências das mesmas para a determinação das variáveis básicas da economia nacional.

Que isso seja importante para os problemas teóricos e práticos da distribuição, inclusive para sugerir políticas alternativas, é óbvio. Quanto ao modo pelo qual se poderiam realizar tais estudos, provavelmente o caminho mais produtivo constará de:

i. estudos de casos: políticas e comportamento de empresas individuais e/ou grupos de empresas, incluindo vários ramos, especialmente atividades industriais e alguns serviços entre os que supostamente têm maior importância na determinação dos rumos do desenvolvimento tecnológico (engineering, planificação, financiamento, processamento de dados e informática, etc.);

ii. individuação de ramos específicos, incluindo o estudo dos respectivos mercados e estratégias (mercados da habitação, de instalações industriais, das fontes de energia, da informação, etc.);

iii. estudos comparativos de firmas nacionais e estrangeiras atuantes no mesmo ramo, ou em mercados tão relacionados que o façam supor.

Trata-se das primeiras aproximações, a serem integradas em um quadro mais global. Este poderá consistir em um teste do modelo proposto, devidamente desenvolvido e modificado.

Os Apêndices foram provisoriamente omitidos, pois o trabalho já está por demais volumoso para a apresentação ao Encontro da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, visto ter sido essa sua destinação primeira.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHARONI, Yair — **The Foreign Investment Decision Process**, Boston: Harvard University, Graduate School of Business Administration, Division of Research, 1966.
- AUKRUST, Odd — “Prim I: A Model of The Price and Income Distribution Mechanism of an Open Economy”, **Swedish Journal of Economics**, 1970, pp. 51-78.
- BAIN, Joe S. — **Barriers to New Competition: Their Character and Consequences in Manufacturing Industries**, Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- BARANSON, Jack — “Technology Transfer through the International Firm” **The American Economic Review**, maio, 1966, pp. 259-267.
- BARBER, Richard J. — **Empresas Multinacionais: Poder, Economia, Estratégia**, São Paulo: Editora Atlas, 1972.
- BEHERMAN, J.N. — **National Interests and the Multinational Enterprise: Tensions Among the North Atlantic Countries**, Englewood Cliff, N.J.: Prentice-Hall, 1970.
- — **The of International Companies in Latin American Integration: Autos and Petrochemicals**, New York: Comitê for Economic Development, 1972.
- CASAS, Francisco R. — “The Theory of Intermediate Products, Technical Change and Growth”, **Journal of International Economics**, v. 2, 1972, pp. 189-200.
- CASAS, Juan Carlos — **Las Multinacionales y el Comércio Latinoamericano**, México: CEMLA, 1972, Ensayos, 32.
- CEPAL — **Estudio Económico de América Latina**, 1970, Santiago: 1971.
- CUMBERLAND, John H. — “Interregional and Regional Input-output Techniques”, in Walter ISARD — **Methods of Regional Analysis: An Introduction to Regional Science**, New York & London: John Wiley & Sons, 1960, Ch. 8, p. 309
- DESMONTS, R. — “La Recherche dans la Firme Fluinationale et la propagation des techniques”, **Économie Appliquée**, v. XX, 1967, pp. 561-583.
- DESTANNE de BERNIS, Gerard — “Industries Industrialisantes et contenu d’ une Politique d’ Intégration Régionale”, **Économie Appliquée**, v. XIX, 1966, pp. 415-473.

- DRUGMAN, Bernard e EISLER, Pierre — **Capital Financier et Accumulation Monopoliste: à propos du Groupe Saint-Gobain-Pont-A-Mouson, Compagnie Financière de Suez**, Grenoble: Université des Sciences Sociales, Institut de Recherche Économique et de Planification, dez., 1971, mimeo.
- FAJNZYLBER, Fernando — **Estratégia Industrial e Empresas Internacionais: Posição Relativa da América Latina e do Brasil**, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971, Relatório de Pesquisa, 4.
- — “Sistema Industrial e Exportação de Manufaturados: Análise de Experiência Brasileira”, Rio de Janeiro, 1971, Relatório de Pesquisa, 7.
- — “La Empresa Internacional en la Industrialización de América Latina” **Comercio Exterior**, abril, 1972, pp. 324-338.
- FURTADO, Celso — “L’ Hégémonie des États Unis et l’Avenir de l’Amérique Latine”, **Esprit**, N. Sér., ano 34, n.º 351, julho-ago, 1966, pp. 36-53.
- — **La Concentración del Poder Económico en los Estados Unidos y sus Reflejos en América Latina**, Buenos Aires: C.E.A.L., 1969.
- — “Dependencia externa y teoría económica”, **El Trimestre Económico**, XXXVIII (2), n.º 150, abr-jun., 1971, pp. 335-349.
- FURTADO, Celso e SOUZA, Alfredo de — “Los Perfiles de la Demanda y de la Inversión”, **El Trimestre Económico**, XXXVIII (3), n.º 147, jul-set., 1970, pp. 463-487.
- GANDOLFO, Giancarlo — **Mathematical Methods and Models in Economics Dynamics**, Amsterdam: North Holland, 1971.
- GRAZIANI, Augusto et al. — **Lo sviluppo di un’economia aperta**, Napoli: Ed. Scientifiche, 1969.
- HAWKINS, David e SIMON, Herbert A. — “Note: Some Conditions of Macroeconomic Stability”, **Econometrica**, XVII, jul-out., 1949, pp. 245-248.
- HYMMER, Stephen — “La Grande Corporation mutinationale”, **Revue Économique**, nov., 1968, pp. 949-973.
- KATZ, Jorge M. — **Production Functions, Foreign Investment and Growth**, Amsterdam: North Holland, 1969.
- — **Importación de Tecnología, Aprendizaje Local y Industrialización Dependiente**, Buenos Aires: Inst. Torcuato di Tella, janeiro, 1972.
- MINABE, Nobuo — “Economic Growth and International Trade in a Simple Dynamic Leontief Model”, **Canadian Journal of Economics**, XXXII, fev., 1966, pp. 55-65.
- MIYAZAWA, Kenichi — “Input-Output Analysis and Interrelational Income Multiplier as Matrix”, **Hitotsubashi Journal of Economics**, XIII (2), fev., 1968, pp. 39-58.

- MODIGLIANI, Franco — "New Developments on the Oligopoly Front", *Journal of Political Economy*, LXVI (3), junho, 1958, pp. 215-232.
- MULDER, Theodor — "Sviluppo Economico e Distribuzione della Proprietá", *Quaderni di Scienze Sociale*, III (1) abril, 1964, pp. 23-44.
- NUTZINGER, H.G. — "Wirtschaftstheorie aus der Sicht der Politischen Oconomie", *Studium Generale*, 24, 1971, pp. 977-998.
- PALLOIS, Christian — "Impérialisme et Analise du Capitalisme Contemporain" *L' Homme et la Societé*, n.º 19 jan-março, 1971, pp. 83-91.
- — **Internationalisation du Capital et Stratégie des Firmes Multinationales**, Grenoble: Université des Sciences Sociales, I.R.E.P., 1973 (mimeo).
- PENA HERRERA, G.S. — **El Grupo Andino y la Inversión Extranjera: Las Líneas Básicas de una Política Regional en relación con la Empresa Transnacional**; IV Asamblea de Comercio Ibero-Americano y Filipino, Sevilla, 1972.
- PIGNATON, Alvaro A.G. — **Capital Estrangeiro e Expansão Industrial no Brasil**, Brasília: U.N.B., set. 1973, Textos para Discussão.
- PINTO, Anibal; KNAKAL, Jan — "El Sistema Centro-Periferia veinte anos después", *Revista de La Integración*, maio, 1972, n.º 10, pp. 5-83.
- Problemas actuales de las Inversiones extranjeras en America Latina — Información y discusión**, Semin. Internac. Hamburgo, 13/14, out. 1971, Instituto de Estudios Iberoamericanos.
- ROBINSON, Joan — **L' accumulazione del Capitale**, Milano: Ed. di Comunità, 1969.
- ROLFE, Sidney e DAMM, Walter — **The Multinational Corporation in The World Economy: Direct Investment in Perspective**, New York: Praeger, 1970.
- STOPFORD, John M. e WELLS, Louis T. — **Managing the Multinational Enterprise: Organization on the Firm and Ownership of the Subsidiaries**, London: Longman, 1972.
- SUNKEL, Osvaldo — "The Structural Background of Development Problems in Latin America", *Weltwirtschaftliches Archiv*, V. 97, 1966, pp. 22-60.
- — "Capitalismo Transnacional y Desintegración Nacional en la América Latina" *El Trimestre Económico*, XXXVIII (2) n.º 150, abr.-jun., 1971, pp. 571-628.
- SYLOS LABANI, Paolo — **Oligopólio e Progresso Técnico**, 4.a ed., Torino: Einaudi, 1967.
- — "La Théorie des Prix en Régime d' Oligopole et la Théorie du Développement", *Révue d' Économie Politique*, 1971, pp. 244-272.
- TAVARES, M. Conceição — **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**, Rio de Janeiro: Zahar, 1972, Ensaio sobre a economia Brasileira.

- VAITSOS, Constantine V. — The Process of Commercialization of Technology in the Andean Pact: a Synthesis, Lima: Junta del Acuerdo de Cartagena, 1971, (mimeo).**
- — **“La Función de las Patentes en los Países en Vías de Desarrollo”, El Trimestre Económico, XL (1), n.º 157, jan.-mar., 1973, pp. 195-232.**
- — **Income Distribution, Welfare Considerations and Transnational Enterprises, Lima: Junta del Acuerdo de Cartagena, 1972.**
- VAUPEL, J. W.; CURHAN, J.P. — The Making of Multinational Enterprises, Boston: Harvard University, Graduate School of Business Administration, 1969.**
- VERNON, Raymond — “International Investment and International Trade in The Product Cycle”, Quarterly Journal of Economics, maio 1966, pp. 190-207.**
- — **Sovereignty at Bay: The Multinational Spread of U.S. Enterprises, New York: Longman, 1971.**
- — **Restrictive Business Practices: The Operations of Multinational United States Enterprises in Developing Countries: Their Role in Trade and Development, Geneva: UNCTAD, 1972.**
- WELLS, Louis T. ed. — The Product Life Cycle and International Trade, Boston: Harvard University, Graduate School of Business Administration, 1972.**
- YEOMAN, Wayne A. — Selection of Production Processes for The Manufacturing Subsidiaries of U.S. Based Multinational Corporations, Harvard University, abril, 1968.**